

08/11/2011

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 106.115 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: PAULO ANTONIO MARQUES DE MARQUES</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

*Habeas Corpus*. 2. Suspensão condicional do processo. Prestação de serviços à comunidade. Possibilidade prevista no art. 89, § 2º, da Lei 9.099/95. 3. Ordem denegada.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Ayres Britto na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 8 de novembro de 2011.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

08/11/2011

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 106.115 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: PAULO ANTONIO MARQUES DE MARQUES</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado pela Defensoria Pública da União, em favor de Paulo Antonio Marques de Marques.

Na espécie, o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

Foi oferecida suspensão condicional do processo pelo prazo de 2 anos, nos seguintes termos:

“a) comparecimento trimestral a Juízo para informar e justificar suas atividades, nos meses de junho, setembro, dezembro, março, sendo a última apresentação no mês de março de 2011; b) proibição de se ausentar da comarca onde reside, por período superior a 30 (trinta) dias, sem prévia comunicação a Juízo; c) obrigação de comunicar eventual mudança de endereço”.

Constou, ainda, como condição, a prestação de serviços à comunidade, consistente em 60 (sessenta) horas, durante 3 (três) meses.

Insatisfeita com essa última condição, a Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, alegando tratar-se de punição antecipada sem o devido processo legal.

A Corte estadual denegou a ordem, nos termos da ementa que segue transcrita:

**HC 106.115 / RS**

*“HABEAS CORPUS . SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE.*

A prestação de serviços à comunidade como forma de suspensão condicional do processo mostra-se cabível, na medida em que reconhecer a sua invalidade implicaria em perda de fundamento do instituto jurídico penal”.

A defesa, então, impetrou *habeas corpus* no STJ. A Quinta Turma desse Tribunal Superior, por unanimidade, denegou a ordem do HC 142.268/RS. Eis a ementa desse julgado:

*“HABEAS CORPUS . CRIMES DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE (ART. 306 DO CTB). SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.*

*PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. VIABILIDADE. MEDIDA COMPATÍVEL COM O INSTITUTO DESPENALIZANTE, NOS TERMOS DO ART. 89, § 2º, DA LEI 9.099/95. PARECER MINISTERIAL PELA DENEGACÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.*

1. Nos termos do art. 89, § 2º, da Lei 9.099/95, que faculta ao juiz a especificação de outras condições além daquelas arroladas no § 1º do referido dispositivo, é possível condicionar a suspensão condicional do processo à prestação de serviços à comunidade. Precedentes.

2. Ordem denegada, em consonância com o parecer ministerial”.

Nestes autos, a impetrante afirma: *“(..) a suspensão condicional do processo é uma benesse concedida a autores de delitos de baixo potencial ofensivo, a qual não envolve qualquer reconhecimento de culpa ou dolo e, portanto, não admite a imposição de qualquer pena”.*

Assevera, também: *“É inviável condicionar a suspensão do processo à prestação de serviços comunitários, ou seja, ao cumprimento de uma sanção penal, sem que tenha havido sequer instrução criminal e muito menos*

**HC 106.115 / RS**

*condenação”.*

Menciona, ainda: “(...) *as condições para a suspensão condicional do processo não podem ser idênticas às condições para a suspensão condicional da pena, nem mais gravosas, muito menos se revestir com a característica de pena restritiva de direito*”.

Liminarmente, pede a suspensão das condições estabelecidas no processo de origem até o julgamento definitivo do presente HC.

No mérito, postula a concessão da ordem para cassar a decisão do STJ, a fim de que seja excluída a prestação pecuniária, configurada no pagamento de 1 salário mínimo à Assistência Social do Município de Estrela/RS, imposta ao paciente como condição para a suspensão condicional do processo.

Em 18 de novembro de 2010, indeferi o pedido de medida liminar.

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

08/11/2011

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 106.115 RIO GRANDE DO SUL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Conforme relatado, a defesa questiona a possibilidade de impor ao paciente a prestação de serviços comunitários como condição de suspensão do processo.

Na espécie, o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 306 da Lei 9.503/97.

Ofereceu-se-lhe a suspensão condicional do processo pelo prazo de 2 anos, nos seguintes termos:

“a) comparecimento trimestral a Juízo para informar e justificar suas atividades, nos meses de junho, setembro, dezembro, março, sendo a última apresentação no mês de março de 2011; b) proibição de se ausentar da comarca onde reside, por período superior a 30 (trinta) dias, sem prévia comunicação a Juízo; c) obrigação de comunicar eventual mudança de endereço”.

Constou, ainda, como condição, a prestação de serviços à comunidade, consistente em 60 (sessenta) horas, durante 3 (três) meses, a qual, posteriormente, foi substituída por prestação pecuniária, configurada no pagamento de 1 salário mínimo à Assistência Social do Município de Estrela/RS.

Não assiste razão à defesa.

É que, consoante o disposto no § 2º do art. 89 da Lei 9.099/95, o juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, além das arroladas no § 1º do referido artigo. Confira-se:

“Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a

**HC 106.115 / RS**

suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

(...)

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado”.

Não se há de falar de ofensa ao princípio da presunção de inocência, porquanto não se trata de pena, mas de condição inerente ao instituto, diferenciando-se quantitativa e qualitativamente.

Impende destacar que o benefício da suspensão processual é **condicional**, sendo intuitivo, portanto, impor determinada restrição ou ônus ao acusado.

E, com efeito, a coincidência ou similaridade entre a condição e penas legalmente previstas, por si só, não invalida o ato.

Aliás, há coincidência entre as condições impostas pelo próprio legislador para a concessão do benefício e alguns institutos penais, senão vejamos:

a) a reparação do dano prevista no art. 89, § 1º, inciso I, da Lei 9.099/1995 é semelhante a uma das destinações do produto do trabalho do preso, disposta no art. 29, § 1º, alínea *a*, da Lei das Execuções Penais (7.210/1984);

b) a proibição de frequentar determinados lugares (art. 89, § 1º, inciso II, da Lei 9.099/1995) é a mesma prevista no inciso IV do art. 47 do Código Penal, que trata da interdição temporária de direitos, uma das penas restritivas de direitos;

c) a proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz (art. 89, § 1º, III, da Lei 9.099/1995), coincide com o art. 115, III, da LEP, que dispõe sobre as condições para a concessão de regime aberto;

d) o comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente,

**HC 106.115 / RS**

para informar e justificar suas atividades (art. 89, § 1º, IV, da Lei 9.099/1995), é análogo ao art. 115, IV, da LEP.

A propósito, colho lição da doutrina:

“Podem ser citados como exemplos de condições facultativas as de: freqüentar curso de habilitação profissional ou de instrução escolar; atender aos encargos de família; submeter-se a tratamento de desintoxicação; freqüentar cursos de reabilitação de alcoolismo; submeter-se a tratamento médico ou psicológico quando haja indicação de sua necessidade e eficácia; **entregar ao Estado ou a instituições de auxílio comunitário cestas básicas de alimentos ou medicamentos**; não acompanhar, alojar ou receber certas pessoas, etc.” (MIRABETE, Julio Fabbrini. Juizados Especiais Criminais. Ed. Atlas, 1997).

O que não pode ser aceito é um excesso que inviabilize a concessão do benefício. Assim, o § 2º do art. 89 da Lei 9.099/1995, que autoriza o juiz a especificar outras condições para a concessão da suspensão, deve ser interpretado sob o prisma do princípio da proporcionalidade, respeitados os vetores da necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito.

Desse modo, entendo que a prestação pecuniária, configurada no pagamento de 1 salário mínimo à Assistência Social do Município de Estrela/RS, é condição legítima, adequada e proporcional para a obtenção do benefício da suspensão condicional do processo.

É imperioso ressaltar que o Plenário desta Suprema Corte, nos autos do Inquérito n. 2721, em decisão unânime, homologou proposta de transação penal em que se determinou a doação de cestas básicas e resmas de papel braile à determinada instituição social. Eis a ementa desse julgado:

“INQUÉRITO. CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. TRANSAÇÃO PENAL. PROPOSTA ACEITA PELO

**HC 106.115 / RS**

AUTOR DO FATO. DOAÇÃO DE BENS A ENTIDADE SOCIAL. POSSIBILIDADE. HOMOLOGAÇÃO. O crime investigado é daqueles que admitem a transação penal e o indiciado cumpre os demais requisitos legais do benefício. Embora haja controvérsia sobre a possibilidade de a prestação pecuniária efetivar-se mediante a oferta de bens, a pena alternativa proposta pelo Ministério Público - doação mensal de cestas básicas e resmas de papel braile a entidade destinada à assistência dos deficientes visuais, pelo período de seis meses - atinge à finalidade da transação penal e confere rápida solução ao litígio, atendendo melhor aos fins do procedimento criminal. Homologada a transação penal". (Inq 2721, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Pleno, decisão unânime, Dje 29.10.2009).

Nesse sentido, colhe-se do voto proferido pelo relator do HC 142.268/RS, do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho:

"Consoante disposto no § 2º do art. 89, da Lei 9.099/95, o Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, além das previstas no § 1º, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

3. Diante da previsão, torna-se inquestionável a possibilidade de se impor a prestação de serviços à comunidade como condição de suspensão condicional do processo, desde que esta se mostre adequada.

4. *In casu*, não se vislumbra e nem foi alegada qualquer incompatibilidade ou impossibilidade de cumprimento da condição imposta pelo Paciente".

Ante o exposto, por reputar irrepreensível o acórdão atacado, denego a ordem de *habeas corpus*.



**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 106.115**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

PACTE.(S) : PAULO ANTONIO MARQUES DE MARQUES

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** indeferido o *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 08.11.2011.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Karima Batista Kassab  
Coordenadora